

## **Embaixada dos EUA não esconde preocupação com as tralhalhas da Frelimo Caso Marromeu ensombra todo o processo eleitoral**

**- Investigar rápida e seriamente e ainda punir os culpados são ações consideradas essenciais para que as gerais de 2019 sejam dignas do nome eleições**

05 DE Dezembro de 2018

**(Maputo)** A Embaixada dos Estados Unidos da América (EUA) em Maputo emitiu, na tarde desta terça-feira, uma comunicação pública partilhando a sua total preocupação em relação à forma como os processos eleitorais têm estado a ser geridos nos últimos tempos, com particular destaque para a repetição da votação autárquica na vila de Marromeu, província de Sofala. Aliás, os EUA entendem mesmo que as circunstâncias que marcaram a segunda votação na vila autárquica de Marromeu têm potencial para comprometer o entendimento e classificação geral de como foram as eleições autárquicas deste ano. A nota começa por deixar claro que é com muita seriedade que os EUA levam as questões levantadas por observadores no que concerne às irregularidades, supostamente protagonizadas no sentido de beneficiar determinada formação partidária concorrente. Reconhece que, no global, a votação do dia 10 de Outubro pode-se considerar pacífica e transparente, mas o caso Marromeu coloca em xeque todo o processo eleitoral.

“Contudo, estamos seriamente preocupados que as irregularidades reportadas a seguir ao processo de contagem em Marromeu irão ensombrar a corrida eleitoral no seu todo, e recomendamos a aplicação integral dos mecanismos legais existentes para resolver a situação de maneira que assegure confiança no sistema eleitoral do país” – refere a comunicação, exigindo que as instituições legalmente instituídas cumpram o seu papel na investigação e pleno esclarecimento das situações reportadas no dia 22 de Novembro.

É que para os Estados Unidos não se pode falar de uma democracia sólida não se aplica devida e correctamente a lógica de eleições livres, justas e transparentes. “Uma democracia sólida e estável depende dum processo eleitoral que é consistentemente transparente, justo e legítimo”.

Perante isto, a nota reforça o apelo para os “casos Marromeu” saiam do jogo eleitoral em Moçambique, na medida em que constitui um autêntico desrespeito à vontade popular expressa na mesa de votação. “Apelamos a todas as partes envolvidas a rever com a devida celeridade as

regras e procedimentos eleitorais em torno da elegibilidade do candidato, contagem de votos e a resolução de disputas com a perspectiva de implementar reformas que aumentem a transparência e legitimação em torno destes processos chave” – anota. Aliás, o avanço neste sentido é crucial para que o país efectivamente sinta que está em condições de realizar o processo eleitoral de 2019. “Adoptar estas medidas vai ser essencial enquanto Moçambique se prepara para as eleições nacionais em 2019” – refere a nota, que apesar de recorrer à linguagem diplomática, deixa claro que a Frelimo deve parar de usar instituições do Estado para manipular os resultados eleitorais e, por essa via, manter-se no poder. Segundo foi amplamente noticiado, para a fraude eleitoral em Marromeu os órgãos eleitorais recorreram à grosseira falsificação de editais e a não aceitação de impugnação prévia por parte de elementos da oposição. Entretanto, mesmo com todas as irregularidades conhecidas, os órgãos eleitorais de nível central decidiram validar os resultados de Marromeu a favor da Frelimo com apenas 46 pontos de diferença, colocando a Renamo em segundo lugar e o MDM em terceiro.

**MediaFAX, n.º. 6705 - Pág. 2/3**